



MPF  
FLS. \_\_\_\_\_  
2ª CCR

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**VOTO Nº 3278/2016**

**INQUÉRITO POLICIAL Nº 3000.2013.000675-5 (IPL Nº 0573/2013)**

**PROCURADOR SUSCITANTE: MAURÍCIO FABRETTI (PR/SP)**

**PROCURADOR SUSCITADO: SÉRGIO VALLADÃO FERRAZ (PR/PR)**

**RELATOR: JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO**

**INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTO CRIME DE TRÁFICO INTERNACIONAL DE ENTORPECENTES. REMESSA DE COCAÍNA AO EXTERIOR. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÃO. POSTAGEM EM CURITIBA. LOCAL DA CONSUMAÇÃO. ATRIBUIÇÃO DO PROCURADOR DA REPÚBLICA SUSCITADO.**

1. Inquérito policial instaurado para apurar a suposta prática do crime previsto no art. 33 c/c 40 da Lei nº 11.343/06, tendo em vista a remessa, postal, de cocaína para Espanha.

2. O Procurador da República atuante em Curitiba declinou de suas atribuições em favor da Procuradoria da República em São Paulo, por entender aplicável ao caso o Enunciado nº 56 da 2ª CCR e a Súmula 528 do STJ, a qual preconiza que “compete ao juiz federal do local da apreensão da droga remetida do exterior pela via postal processar e julgar o crime de tráfico internacional”.

3. Ao ser designado, o Procurador da República oficiante em São Paulo suscitou o conflito negativo de atribuições ao entendimento de que o local do crime é a cidade onde foi feita a postagem da droga.

4. Em situações análogas, o STJ firmou entendimento no sentido de que o crime consuma-se com o ato de remeter a droga, com competência do Juízo do local em que ocorre a postagem, sendo irrelevantes o local da apreensão ou a chegada da droga ao destinatário (e.g.: CC 41.775/RS, CC 107.229/SP, CC 112.282/SP, CC 126.577/SP, CC 135.167/RJ, CC 138.395/RJ, 138.609/SP, CC 139.831/GO).

5. Ainda, incide ao caso a nova redação do Enunciado nº 56 desta 2ª CCR “*A persecução penal nos casos de tráfico internacional de entorpecentes por via postal é da atribuição de membro do Ministério Público Federal oficiante no local onde a droga é apreendida, no caso de ingresso do entorpecente no País, ou onde a droga é postada, no caso de entorpecente remetido com destino ao exterior*”

6. No caso presente, em que se analisa a remessa da droga para o exterior, a encomenda contendo a droga foi postada na Empresa de Correios e Telégrafos – ECT em Curitiba/PR.

7. Pelo conhecimento do presente conflito negativo e, no mérito, por sua procedência para reconhecer a atribuição do Procurador da República suscitado.

Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a prática do crime de tráfico internacional de drogas, previsto no art. 33 c/c 40, I da Lei

11.343/2006, tendo em vista a remessa de cocaína para a Espanha por LUIZ MIGUEL FURUMANN FILHO.

O Procurador da República atuante Curitiba declinou de suas atribuições em favor da Procuradoria da República em São Paulo, por entender aplicável ao caso o Enunciado nº 56 da 2ª CCR e a Súmula 528 do STJ, a qual preconiza que “competete ao juiz federal do local da apreensão da droga remetida do exterior pela via postal processar e julgar o crime de tráfico internacional” (fls. 64/66).

Ao ser designado, o Procurador da República oficiante em São Paulo suscitou o conflito negativo de atribuições ao entendimento de que o local do crime é a cidade onde foi feita a postagem da droga (fls. 89/96).

Os autos vieram à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no artigo 62, inciso VII, da Lei Complementar 75/93.

É o relatório.

À luz do art. 70 do Código de Processo Penal, a competência para o processamento de ação penal será determinada em razão do lugar em que se consumar a infração ou, no caso de tentativa, no lugar em que for praticado o último ato de execução.

É cediço, no Superior Tribunal de Justiça, que *“o crime de tráfico é de ação múltipla, pois apresenta várias formas objetivas de violação do tipo penal, bastando, para a consumação do ilícito, a prática de um dos verbos ali previstos”* (AgRg no REsp nº 736.729/PR, Sexta Turma, Rel. Min. Og Fernandes, DJe: 2/5/2013).

Em situações análogas, o STJ firmou entendimento no sentido de que o crime consuma-se com o ato de remeter a droga, com competência do Juízo do local em que ocorre a postagem, sendo irrelevantes o local da apreensão ou a chegada da droga ao destinatário (e.g.: CC 41.775/RS, CC 107.229/SP, CC 112.282/SP, CC 126.577/SP, CC 135.167/RJ, CC 138.395/RJ, 138.609/SP, CC 139.831/GO).

Ainda, em Sessão de Coordenação ocorrida em 04/04/2016, essa 2ª Câmara reviu o Enunciado nº 56 e aprovou a nova redação que passou a vigorar da seguinte forma: *“A persecução penal nos casos de tráfico internacional de*

*entorpecentes por via postal é da atribuição de membro do Ministério Público Federal oficiante no local onde a droga é apreendida, no caso de ingresso do entorpecente no País, ou onde a droga é postada, no caso de entorpecente remetido com destino ao exterior”*

No caso presente, em que se analisa a remessa da droga para o exterior, a encomenda contendo a droga foi postada na Empresa de Correios e Telégrafos – ECT em Curitiba/PR.

Com essas considerações, voto pela atribuição do Procurador da República suscitante (PR/PR) para prosseguir na persecução penal.

Remetam-se os autos ao Procurador da República Sérgio Valladão Ferraz (suscitado), oficiante na Procuradoria da República em Curitiba/PR, para prosseguir na persecução penal, cientificando-se o Procurador da República Mauricio Fabretti (suscitante), oficiante na Procuradoria da República em São Paulo, com as nossas homenagens.

Brasília-DF, 27 de abril de 2016.

**Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho**  
Subprocurador-Geral da República  
Suplente – 2ª CCR

\\DMG